

BAIRRO ALTO: RENOVAÇÃO E REABILITAÇÃO, IDENTIDADE E RISCO DE *GENTRIFICATION*.¹

Segundo subtema:

“expansão vs contenção – nova cidade/cidade antiga - reabilitar/renovar”

RESUMO

A reabilitação dos núcleos históricos delinea-se hoje como um ramo do planeamento urbano, tanto pela sua importância em termos de sustentabilidade ambiental, de revitalização económica e de coesão social, quanto pelo seu carácter de defesa do património. A preservação e valorização do património construído contribuem para o reforço da identidade cultural, opondo-se à tendência homogeneizante da globalização. Este texto pretende investigar as políticas e as práticas de reabilitação urbana numa área histórica, com o fim de distinguir e caracterizar as que visam o reforço da identidade local e as que tendem para um processo de *gentrification*. Tomando-se como estudo de caso o Bairro Alto, em Lisboa, pretende-se reconstituir as permanências e as mutações da identidade do lugar e o seu impacto na vivência do seu espaço público, realçando a sua ligação com as práticas de reabilitação. Este estudo de caso é exemplar na cidade de Lisboa por ser um marco da capital portuguesa. A variedade de tipologias arquitetónicas, inseridas numa ordem urbanística bem definida, permitiu a existência e a manutenção da vocação do Bairro Alto por uma forte heterogeneidade social. Representa um lugar de cultura, resultado de um diálogo entre atores e culturas diversas. É a única freguesia do centro histórico que viu aumentar a sua população na década de noventa (Censos 1991 e 2001), contrariando a tendência de desertificação do centro da cidade. Um crescente interesse imobiliário na área e o aumento do comércio relacionado com a vida noturna ou com as lojas de *design*, estão a pôr em causa a identidade do bairro. Estão em curso processos de *gentrification*: criação de condomínios de luxo; operações de fachadismo; uma progressiva expulsão da antiga população residente. É importante estudar estes fenómenos para poder pensar uma reabilitação do bairro que tenda para a salvaguarda não apenas do seu tecido edificado, mas também da sua população e da sua identidade.

Palavras-chave: Lisboa; Bairro Alto; História do Bairro Alto (séc.XVI-XX); Identidade sócio cultural e sócio espacial; práticas e políticas de reabilitação; *Gentrification*; Especulação Imobiliária; Condomínios Fechados.

¹ Autor: Arq^a Fabiana Pavel. Entidade: FAUTL, CIAUD. E-mail: fa.pavel@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Observa-se uma tendência de agregados familiares com mais recursos para a instalação nos centros históricos, na procura de uma qualidade de vida que a cidade contemporânea não tem sido capaz de criar. Face a esta procura e ao correspondente interesse imobiliário crescente pelas áreas centrais, observam-se, em muitas cidades, processos de *gentrification*, resultantes da valorização fundiária de zonas históricas, conduzindo à substituição dos antigos residentes por grupos sociais de maiores recursos, geralmente associados à substituição do comércio tradicional, numem um processo de perda de identidade. A manutenção da população:

[P]ode corresponder a uma visão tradicionalista (e irrealista) de congelamento no tempo e enclausuramento no espaço de uma população supostamente susceptível de subsistir mumificada como peça de museu. No entanto, a manutenção da população pode ser também entendida como manutenção dumde uma população que se transforma, de acordo com as suas próprias dinâmicas de reprodução e mudança [...] (COSTA, 1999: 472)

Não é possível considerar a manutenção da identidade do lugar como uma “sobrevivência folclórica anacrónica” já que a mesma é “fatorfactor - se não mesmo condição - de protagonismo social activoactivo”. (COSTA, 1999: 477)

A reabilitação do património urbano tem merecido nas últimas décadas um debate crescente, sobrepondo-se ao paradigma da renovação urbana subjacente aos princípios do modernismo.

Um dos contributos do presente trabalho é compreender o processo de *gentrification* à luz do paradigma de reabilitação urbana integrada. Esta visa “promover uma intervenção urbana equilibrada e articulada, tendo em conta as dimensões ambientais, económicas, sociais e culturais” (ISCTE, 2005; 25), contrapondo-se à tendência para a *gentrification*, desertificação e terciarização dos centros históricos.

Pretende-se, neste texto, estudar estes conceitos e conhecer as práticas e políticas de reabilitação numem um estudo de caso específico, o Bairro Alto em Lisboa.

Este estudo se insere numem uma pesquisa em andamento para defesa do Doutoramento em ArquiteturaArquitectura que pretende analisar a génese histórica do Bairro Alto, procurando a sua identidade arquitetónica e social; indagar as políticas de renovação e depois de reabilitação efetuadasefetuadas pela Câmara para sustentar a teoria da necessidade dumde uma nova atitude de recuperação do bairro.

2. O BAIRRO ALTO

No último quartel do século XV, Lisboa foi devastada por epidemias e pestes, e a estrutura da cidade, caracterizada por um emaranhado confuso de ruas estreitas e becos de tradição islâmica, favoreceu a forte insalubridade. Esta situação, incompatível com a capital dumde um império cada dia maior, faz com que D. Manuel assine um conjunto de cartas que representam uma nova atitude perante a cidade.

Na segunda metade do séc. XV, a cidade tendia a alargar os seus limites na direção direção poente, zona onde se situavam os domínios de Guedelha Palaçano. Estas propriedades ocupavam toda a superfície do actual Bairro Alto, prolongando-se para sul até ao Tejo e para poente até ao Pico de Belver. A antiga estrada de Santos (Loreto-Combro-Poço dos Negros), dividia as propriedades em duas herdades: a sul a de Boavista e a Norte a de Santa Catarina, contornada a nascente pela Estrada dos Moinhos de Vento (Misericórdia - D. Pedro V – Escola Politécnica).

À morte de Guedelha Palaçano estes vastos terrenos são herdados pela sua viúva, Dona Judia, a qual, em 1487 os afora a Filipe Gonçalves e, em 1498, os vende a Luís de Atouguia. Já em 1498 as famílias Atouguia e Gonçalves assinam um acordo para o subaforamento das herdades em talhões. Em 1513 é assinado um novo acordo entre Bartolomeu de Andrade e Luís Alvares de Atouguia, de aforamento do terreno que, a partir de então, será chamado Vila Nova de Andrade. Começa logo a construção de casas na zona sul das portas de Santa Catarina. Por causa da proximidade com o rio, esta zona será essencialmente ocupada por gentes com actividades actividades ligadas à marinhagem.

A crescente pressão demográfica faz com que continue a urbanização da Vila Nova de Andrade, em direção direção da estrada de Santos, urbanizando-se a zona a norte da estrada e a zona das Chagas.

Com a chegada dos Jesuítas a S. Roque (1551), assistimos à segunda fase de urbanização, de cariz aristocrático e burguês. O centro do Bairro é deslocado para a Igreja de S. Roque, e toma a denominação de Bairro Alto de S. Roque. A antiga Estrada de Santos passa a dividir as duas zonas: Vila Nova de Andrade – Chagas e o Bairro Alto de S. Roque.

As famílias da aristocracia começam a desfrutar do novo bairro, construindo os seus palácios, ficando confinados ao loteamento inicial, submetendo-se tanto aos quarteirões como às cérceas dos edifícios, permitindo a continuação do traçado regular do bairro.

O Terramoto de 1755 não afectaramctou o Bairro Alto, a não ser numem uma pequena zona, limítrofe às actuais Praça Camões e rua da Misericórdia. Ainda hoje grande parte dos edifícios mantém os primeiros e segundos andares desta época. Porém as obras pombalinas na rua da Misericórdia, Camões e Século redefiniram os limites do bairro

criando, através da sua monumentalidade, uma fronteira com a cidade. É assim que o Bairro Alto se separa definitivamente da zona das Chagas, destruída pelo incêndio e totalmente reconstruída.

Após o Terramoto a maioria da aristocracia retirou-se para as suas quintas nos arredores de Lisboa, deixando ao abandono as suas casas, ou alugando-as a gente pobre. Durante o séc. XIX vários palácios em ruínas foram expropriados pela Câmara e demolidos. Porém, nos limites norte este do Bairro, por causa das obras realizadas (segunda metade do séc. XVIII e séc. XIX) não se observa o mesmo fenómeno, vindo estes limites a autonomizar-se, ganhando uma vivência burguesa.

3. O BAIRRO ALTO E A SUA IDENTIDADE.

Embora remetido a uma condição popular, o crescimento da cidade faz com que o Bairro ganhe uma nova centralidade; o aparecimento do Teatro da Ópera traz a instalação de músicos e cantores, artistas e poetas. Nasce assim um clima artístico e de alguma marginalidade, clima este favorecido tanto pela referida centralidade quanto pelas qualidades de intimidade, que se acentuará no séc. XIX.

O Bairro Alto, empobrecido e com a sua estrutura fundiária pouco apelativa para a construção de novos edifícios, entra numem uma fase de declínio. O parque construído envelhece, são efetuados restauros pontuais e são aumentados andares na maioria dos antigos edifícios do séc. XVI e séc. XVII. A densificação da construção, o aumento da população e a cintura de envolvimento formada pelos edifícios do séc. XVIII e XIX, acentua o carácter popular do bairro, por além dumde um ambiente de privacidade que, como dito, será um dos elementos essenciais para o clima artístico que aqui virá a nascer.

Devido à vizinhança com o porto e com as actividades ligadas a marinhagem, existiu sempre no Bairro Alto um ambiente de alguma marginalidade, de prostituição e de algumas actividades ilícitas, onde edifícios da nobreza e burguesia ladeavam as humildes casas dos “homens do mar”.

Os antigos palácios abandonados pela nobreza oferecem, graças às suas grandes dimensões, o local ideal para as redacções dos jornais e para as tipografias. Os jornais foram, no século XIX, os maiores arrendatários ou compradores dos palácios do Bairro Alto. Foram também os palácios, nas antigas cocheiras, lojas e entradas a fornecer os locais para a instalação das casas de pasto e de fado. Na *Rina*, no *1º de Maio*, no *Alfaia* ou no *Farta Brutos*, encontravam-se jornalistas, muitas vezes de publicações concorrentes.

Ligadas à atividade jornalística, nascem numerosas casas de pasto, tascas, botequins e casas de fado. Toda a vida ligada ao jornalismo faz com que se espalhe pelo bairro um clima particular e uma vida intensa em todas as horas do dia e da noite.

Mas é importante sublinhar o que nos refere Helder Carita:

[Os jornais] se forneceram uma tonalidade à vida do bairro não desorganizaram o seu equilíbrio social. Os pequenos artífices, que desde o séc. XVI vemos referenciados em estatísticas, permanecem nas suas lojas ligadas por sua vez aos andares superiores de habitação (...) Com o pequeno comércio de bairro eles constituíam o suporte económico e social base de todo o conjunto urbano. (CARITA 1990: 43)

Já na segunda metade do século XX, as redações dos jornais começam a sair do Bairro, procurando espaços maiores e mais fáceis acessos; atualmente se mantém apenas o jornal *A Bola*.

O Bairro Alto dos nossos dias é muito diferente do que era nos anos sessenta e setenta, um lugar considerado pela maioria da população do resto da cidade pobre e “duvidoso”, marcado por alguma desconfiança pública, apenas aberto à curiosidade dos turistas e a um certo espírito boémio.

É na década de oitenta que o Bairro Alto ganha uma nova vida, sobretudo noturna. Graças à existência de espaços disponíveis e com preços de aluguer baixos, e pelo facto de ser uma zona com um hábito instalado de deambulação noturna, começam a abrir bares e discotecas, lojas de decoração e *design*.

Hoje a frequência do Bairro Alto é muito diferente. O valor icónico dos espaços que marcaram as décadas de oitenta e noventa, perdeu-se. Existem novos estabelecimentos que se destacam, mas a vida noturna acontece sobretudo na rua.

Os bares multiplicaram-se nos últimos anos, substituindo as velhas lojas de bairro. À noite as ruas ficam repletas de gente, criando distúrbios para a população residente. Isto levou, em fevereiro de 2009, a que a autarquia decidisse impor o fecho dos bares às duas da manhã, decisão que tem vindo a levantar muitas críticas, por alguns residentes, pela Associação de Comerciantes do Bairro Alto e pelos usufruidores dos estabelecimentos noturnos.

Observa-se uma mudança na utilização do espaço público. Já não se vai ao Bairro Alto para conversar e participar em tertúlias. A maioria dos jovens, divididos em tribos urbanas, se distribuem pelo Bairro segundo áreas bem determinadas, muitos preferindo, aos espaços culturais, os pequenos estabelecimentos que vendem bebidas para consumo na rua.

Numerosos comerciantes antigos do Bairro criticam este proliferar de pequenos espaços de consumo no exterior, que não propõem nenhuma oferta criativa.

Fala-se assim nos últimos anos dumde um Bairro Alto diferente, nós diríamos 'sempre igual e sempre diferente'. As prostitutas continuam a existir, mas não os ardinhas; já não existem as tertúlias que tanto peso tiveram no desenvolvimento da cultura lisboeta.

De dia (especialmente ao domingo) o Bairro continua a apresentar uma vida ligada à sua identidade de bairro tradicional, uma vida “de sardinhas a assar na brasa, para o que é preciso pedir licença 'à vizinha do primeiro andar' que tem a roupa a secar, de operariado indiscriminado, de negócios escuros (...)” (AMORIM, em CACHULO e COCEIRO, 1993: 26).

Hoje vai-se ao Bairro Alto com outros objetivosobjectivos. As lojas de *design* e de alta moda, abrem de tarde e só fecham depois das 23 horas. Alguns dos restaurantes mais *chiques* da cidade instalaram-se no Bairro Alto e as casas de fado são agora restaurantes caros para turistas que vêm até aqui em autocarros noturnosnocturnos, e são “despejados numnum “very typical” bairro, com não menos 'typical' fado” (AMORIM, em CACHULO e COCEIRO, 1993: 26).

Ao longo dos seus cerca de quinhentos anos de história, o Bairro Alto tem vindo a constituir um marco na cidade relativamente a um certo tipo de vivência e de figuração no imaginário coletivo. Desde os fadistas e as facadas, a prostituição e o clima de marginalidade, passando pelas tertúlias e a vida ligada aos jornais, pelas noites dos anos oitenta e noventa até chegar à atualactual vivência, o Bairro Alto tem sido marcado por um clima heterogéneo, resultante da coabitação de diferentes classes sociais, pela cumplicidade entre as vidas diurnas e noturnasnocturnas e pela coexistência de diferentes valores.

Não é possível congelar o Bairro Alto no tempo e manter todas as suas pequenas vivências estáveis e iguais a si próprias, mas importa perceber como é que a sua identidade pode ser renovada embora mantendo-se o seu fio condutor. O desaparecimento das tertúlias ou dos jornais, ou a mudança nos tipos de usufruidores da noite, não põem em causa a sua especificidade. Surgem todavia sinais de mudança estrutural, já desde os anos 1990, com o desaparecimento gradual das atividadesactividades tradicionais e das ofertas culturais ligadas à fruição noturnanocturna e com o aparecimento dos condomínios de luxo.

4. O BAIRRO ALTO: RENOVAÇÃO URBANA E REABILITAÇÃO URBANA

As características populacionais e sociológicas, bem como a estrutura física do Bairro Alto, estiveram em grande perigo quando, em 1888, surgiram dois grandes projetosprojectos que previam uma passagem em forma de viaduto entre S. Pedro de Alcântara e o Campo de

Santana. Caso esta tivesse sido realizada, teria estabelecido uma nova dinâmica, com grande fluxo de circulações, fazendo com que o bairro perdesse as suas características intrínsecas de ambiente e de privacidade.

Entre o 1948 e 1952, a Câmara Municipal de Lisboa realiza, sob a orientação do Arq. Cristino Silva, um estudo preparativo para a remodelação do bairro. O plano (Plano Parcial de Urbanização-Remodelação do Bairro Alto) propunha a abertura dumde uma grande via entre a rua da Rosa e a rua da Atalaia e uma segunda via que cruzava a primeira. Propunham-se também novos quarteirões e espaços livres, e a deslocação de parte da população. Se este plano tivesse sido realizado, o Bairro Alto teria desaparecido para sempre.

O caso do plano para o Bairro Alto, insere-se na mentalidade do Estado Novo que procurava-se uma imagem do edifício 'tal qual era', ou 'reconstruções históricas' muitas vezes privadas de rigor científico. Após a Segunda Guerra Mundial, esta mentalidade se acentua propondo "a demolição e a renovação urbana de setoressectores das cidades que hoje consideramos como 'centros históricos' " (AGUIAR, José [et. all] 2006: Vol I. 36).

Durante a década de sessenta o modelo de cidade moderna associado às operações de renovação urbana começa a ser posto em causa. Se começa a conceber um novo método de açãoacção que reconhece a importância dumde uma perspectivaperspectiva urbana que integre, nas intervenções de reabilitação, os aspetosaspectos socioeconómicos, culturais e ambientais.

Porém, estas evoluções conceptuais não foram operacionais, mantendo-se a política do Estado Novo. Por causa do forte incremento populacional de Lisboa, vive-se um período de 'euforia' na promoção imobiliária, que no centro da cidade faz com que se efetuemefectuem operações de substituição do tecido antigo por novas edificações, muitas vezes dedicadas ao terciário Esta situação provoca o desaparecimento de parte do tecido social existente (sendo as pessoas desalojadas e realojadas na periferia); a decadência das condições de acessibilidade e serviços da área; o aumento dos preços, tanto dos imóveis quanto dos serviços, e a consequente perda de poder das famílias mais pobres.

O Bairro Alto nesta época não sofreu grandes alterações, devido, provavelmente, à sua condição de espaço fechado e às dificuldades de acessibilidade.

Com a Revolução de abrilAbril de 1974, as questões sociais adquirem uma maior importância; é criado, por exemplo, o Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo (Porto), cuja atividadeatividade é fundamentada no estudo elaborado em 1969, para a Câmara Municipal do Porto, sob a coordenação do Arq. Fernando Távora. Neste estudo faz-se referência a que:

[...] uma população, pelos seus direitos adquiridos e pelas obrigações que a cidade tem para com ela, não é passível de deslocações maciças que ferem não apenas os seus interesses económicos, mas toda a sua estrutura social e psicológica. (TAVORA (coord.), 1969:32; retirado de AGUIAR [et al], 2006: 42).

Em 1976, no Comité de Ministros do Conselho de Europa, é definido pela primeira vez o conceito de reabilitação como instrumento que permita a integração de monumentos e edifícios antigos no espaço físico da vida contemporânea.

As primeiras operações de reabilitação urbana em Lisboa iniciam-se em 1986, com duas ações-piloto em Alfama e Mouraria, em sequência da criação, em 1985, do Programa de Reabilitação Urbana (PRU). Em Alfama e na Mouraria são criados Gabinetes Técnicos Locais (G.T.L.) instalados nos bairros, com o objetivo de elaborar planos de intervenção e pressionar os serviços da Câmara. Em 1988 seguiu-se a criação do G.T.L. do Bairro Alto, cujos limites de intervenção foram fixados numa área que abrange as freguesias da Encarnação, S. Paulo, S. Catarina e Mercês. Em 1990 o Município optou para estender este tipo de intervenção a outras áreas da cidade (Madragoa, Olivais Velho, Lumiar, Ameixoeira, e um gabinete específico para os Pátios e as Vilas).

Na zona do Bairro Alto são muitos os edifícios devolutos ou em más condições de conservação. Embora a Câmara, através do G.T.L., se tenha empenhado em recuperar vários edifícios, os instrumentos postos à disposição da Reabilitação parecem não resultarem suficientes. A Câmara se tem esforçado no sentido de uma reabilitação integrada da zona, porém têm acontecido algumas operações extremamente contraditórias.

Em 1994 Lisboa é Capital Europeia da Cultura, e neste quadro é eleito um percurso privilegiado de intervenção urbana e é lançado o programa Lisboa 7ª Colina. O percurso é definido pelo eixo que vai desde o Cais de Sodré até ao largo do Rato, seguindo as ruas do Alecrim, da Misericórdia, de São Pedro de Alcântara, de Dom Pedro V e da Escola Politécnica. O objetivo do programa era o de valorizar o espaço público através da recuperação das fachadas dos imóveis.

Esta operação foi largamente criticada, por terem sido as escolhas cromáticas arbitrárias e longe de justificações históricas e as técnicas utilizadas desadequadas para a aplicação sobre edifícios históricos.

Num artigo fortemente polémico, assim Michel Toussaint reage contra a intervenção:

[...] A cidade capital continua a pecar pela ausência de estudos sérios, completos, registos sistemáticos, e voga ao sabor dos interesses momentâneos ou de vontades pessoais. É o caso da valorização do chamado eixo da 7ª Colina [...] José Augusto-França associou restrição de cor ao Estado Novo, e policromia à Liberdade.

Estabeleceu esta conexão ideológica e bem imediatista para justificar a escolha caso a caso das cores da 7ª Colina. Ou seja, cada pintura de fachada, paga em duas partes iguais pela Lisboa 94 e pelos proprietários, acaba por ter uma cor decidida por diferentes pessoas onde o grupo consultor tem apenas uma quota-parte da responsabilidade. [...] Há assim um procedimento que deriva do gosto de quem pode sobre cada edifício, a partir de uma sugestão, também de gosto pessoal por parte do grupo [...]. (TOUSSAINT; 1994; 14-15)

A ideologia do projeto foi defendida num texto escrito por Mário Pereira:

[...] Os anos 30 do nosso século viram Lisboa colorir-se de cinzento e tons “suaves”
[...] As cores de hoje não pretendem ser as do(s) passado(s) nem hoje os métodos de construção e acabamentos são os mesmos. É o presente que dá futuro ao passado.
[...] Pretendemos afinal atrair a atenção do nosso olhar quotidiano para um conjunto urbano importantíssimo – a via romântica de Lisboa – que importará, antes do mais, defender e revitalizar no futuro. (PEREIRA, 1994: 3-4)

Ao contrário destes propósitos, a intervenção não parece ter tido como objetivo a defesa do património urbano. Pois os revestimentos históricos foram removidos sem deixar amostras, e os antigos rebocos foram substituídos por tintas acrílicas e vinílicas, fortemente adesivas e dificilmente removíveis. As cores foram escolhidas pelos projetistas, em comunhão com os proprietários, segundo uma paleta em contraste com a paleta de cores utilizada nos antigos revestimentos. Exemplo destas decisões foram as fachadas pintadas com cores desde o verde alface até ao rosa elétrico. Estas cores estavam em completa dissonância com as originais e com a sua lógica no projeto arquitetónico.

O projeto cromático da 7ª Colina, no seu desenvolvimento, fez perder uma oportunidade única de estabelecer um modelo referencial para o futuro da reabilitação urbana de Lisboa. (AGUIAR, 1999: 474)

Neste âmbito sublinhamos que durante grande parte do século XX, a cor foi pensada como coisa efémera e suscetível de reformulações. Na cidade histórica não é certamente esta a abordagem correta, considerando que aqui permaneceram, ao longo dos séculos, gamas restritas de cores e códigos de aplicação imprescindíveis para a correta leitura do todo.

Paralelamente, nos últimos anos, existe no Bairro e na zona limítrofe uma tendência para a compra por parte de sociedades imobiliárias de edifícios devolutos. Estes edifícios encontram-se, na maioria dos casos, em grave estado de abandono, permitindo às sociedades imobiliárias operações de requalificação que não passam de meras

reconstruções do interior, reabilitando apenas as fachadas. Estes empreendimentos destinam-se normalmente à construção de condomínios de luxo.

O caso paradigmático foi o do Convento dos Inglesinhos, edifício em vias de classificação. O complexo foi adquirido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1982, que se empenhou em reabilitar o conjunto e em abri-lo ao público. Porém, em 2001, a Santa Casa, vendeu à Amorim Imobiliária o complexo por uma quantia não revelada. O comprador declarou limitar a sua intervenção à recuperação do complexo.

De facto o Convento foi transformado numem um condomínio de luxo; a Igreja diz-se restaurada, mas desconhece-se a sua utilização actual; grande parte do jardim foi completamente destruída, assim como o muro perimetral, para a construção de um estacionamento subterrâneo e de um novo edifício com três pisos de altura. A transformação do monumento em condomínio de luxo tem vindo a criar numnumeerosas polémicas, originando um protesto popular, que envolveu a associação de moradores do Bairro Alto e muitos cidadãos.

Este é apenas um exemplo emblemático dumde uma tendência geral de empreendimentos privados na área.

6. CONCLUSÕES

O Bairro Alto, como vimos, conseguiu manter, ao longo dos séculos, o seu carácterarquitectónicoarquitetónico, ganhando uma identidade única, caracterizada por uma heterogeneidade social e por um carácterarquitectónico ao mesmo tempo de centralidade e de marginalidade. Porém, boa parte do parque edificado do Bairro Alto encontra-se hoje em degradação ou abandono, embora a CML se tenha empenhado em projetosprojectos de reabilitação urbana.

As forças dos agentes económicos (imobiliários e terciário) apontam para processos de *gentrification* e transformação do bairro numem uma zona de lazer e condomínios fechados. O presente texto fala também das práticas e políticas urbanas que a CML tem atuadoactuado na área e de algumas diferenças substanciais nas filosofias das mesmas. É interessante notar como o Bairro Alto tenha sido alvo, desde finais do séc. XIX, de intervenções ou propostas que exemplificam claramente as filosofias de atuaçãoactuação nas várias épocas. Embora não se tenham reconstruído, neste texto, as políticas e práticas de reabilitação nas últimas duas décadas², podemos dizer que neste momento histórico existe uma forte influência das intervenções privadas no bairro, bem como um aumento

² A meta ainda a alcançar pela pesquisa em andamento relativa à Tese de Doutoramento são a reconstrução detalhada das políticas e práticas de reabilitação das últimas décadas.

substancial do terciário. Estes dados apontam para uma intervenção insuficiente da CML e para a *gentrification*. De momento se trata apenas de apontamentos no tecido socioeconómico e urbanístico da área, porém a sua existência sugere o aumento dos mesmos.

O estudo da tendência para a *gentrification* e terciarização, no caso concreto do Bairro Alto, pretende concorrer para a compreensão do fenómeno, mas também para a sua inversão.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

AA.VV., **Lisboa Reabilitação Urbana Núcleos Históricos**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

AGUIAR, José, PAIVA, José, PINHO, Ana. **Guia Técnico de Reabilitação Habitacional**. Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006. II Volumes.

AGUIAR, José, APPLETON, João, CABRITA, António Reis. **Manual de apoio á reabilitação dos edifícios do Bairro Alto**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.

AGUIAR, José. **Estudos Cromáticos nas intervenções de conservação em centros históricos. Bases para a sua aplicação à realidade portuguesa**. 1999. Tese (Doutoramento em Arquitectura), Faculdade de Arquitectura da Universidade de Évora, Évora.

BELANCIANO, Victor. *As sete vidas do Bairro Alto*, em *Ípsilon*, 27 Fev. 2009.

CACHULO, Marina e COCEIRO, João (coordenadores). **Bairro Alto e seus amores**. Lisboa: URBE, 1990.

CARITA, Helder. **Bairro Alto Tipologias e Modos Arquitectónicos**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1990.

_____. Lisboa **Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

COSTA, António Firmino da. **Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. Oeiras: Celta Editora, 1999.

GILLOT, Tiago. **Dar a volta ao Bairro Alto**. Esquerda.net (03 Nov. 2009).

GRAÇA, Pedro. *GTL do Bairro Alto*, *Jornal dos Arquitectos*, nº151, Lisboa, AO, setembro de 1995, pp. 54-61.

ISCTE. **Políticas públicas de Revitalização Urbana Reflexão para a formulação estratégica e operacional das actuações a concretizar no QREN Relatório final 28 de outubro**Outubro de 2005. Lisboa: ISCTE / CET Observatório do QCA III, 2005.

PEREIRA, Mário. **Lisboa entre tintas**. Lisboa: Lisboa 94 Capital Europeia da Cultura, S.A. Intervenção Urbana, 1994.

TOUSSAINT, Michel. *Da Cor na Arquitectura. Os casos de Lagos e Lisboa 94*, em *Arquitectos* nº133, marçoMarço de 1994, pp. 14-15.